

**PREFEITURA MUNICIPAL de REGISTRO**

CGC/CNPJ(MF) 45.685.872/0001-79

Rua José Antônio de Campos, 250 – Centro – Fone (0XX13)-8216277

**EDITAL**

Saibam todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que nesta data foi promulgada e registrada a seguinte Lei,

**LEI Nº 110/99****CRIA O “PROGRAMA EMERGENCIAL DE AUXÍLIO DESEMPREGO” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**SAMUEL MOREIRA DA SILVA JÚNIOR**,  
Prefeito Municipal de Registro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei,

**Artigo 1º** - Fica criado o “Programa Emergencial de Auxílio Desemprego” , de caráter assistencial, a ser coordenado pelo Departamento Municipal do Bem-Estar Social, visando proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda para até 50 (cinquenta) trabalhadores com idades a partir de 18 anos completos.

**§ 1º** - O programa de que trata esta lei será coordenado pelo Departamento Municipal do Bem-Estar Social contará com a participação dos sindicatos, sociedade amigos de bairro, representantes do Poder Executivo local e da Comissão Municipal de Emprego.

**§ 2º** - Do total de vagas previsto no “caput” deste artigo, havendo interessados e funções compatíveis, serão destinadas:

1. 10% (dez por cento) para trabalhadores cujas famílias foram vitimadas pelas enchentes e encontram-se abrigadas em escolas públicas.
2. 10% (dez por cento) para trabalhadores que atualmente garantem a sobrevivência, para si ou sua família, como catadores de lixo.

**Artigo 2º** - O programa referido no artigo 1º consiste na concessão de bolsa auxílio desemprego, no valor mensal correspondente a R\$ 136,00 (cento e trinta e seis reais), fornecimento de uma refeição diária ao trabalhador e realização de palestras e treinamentos, programados de acordo com o interesse dos participantes.

**Parágrafo Único** – Os benefícios de que trata o “caput” serão concedidos pelo prazo de 06 (seis) meses, prorrogáveis em até 03 (três) meses.

**Artigo 3º** - As condições para o alistamento no programa, mediante seleção simples, serão definidas em regulamento, observados os seguintes requisitos:

- I. família constituída, possuindo, no mínimo, 02 (dois) filhos menores de 18 anos;
- II. todos os membros da família estarem desempregados;
- III. todos os filhos ou dependentes entre 07 (sete) e 14 (quatorze) anos deverão estar matriculados em escolas ou em programas de educação especial;
- IV. apenas 01 (um) beneficiário por núcleo familiar;
- V. o beneficiário deverá estar desempregado por um período igual ou superior a 01 (um) ano, e não estar recebendo o benefício do seguro desemprego ou qualquer outro programa assistencial equivalente;
- VI. residência no município, no mínimo, pelo período de 02 (dois) anos.

**Artigo 4º** - Caberá ao Departamento do Bem-Estar Social coordenador a seleção dos candidatos à bolsa auxílio desemprego.

**§ 1º** – No caso de número do alistamento superar o de vagas, a preferência para participação no programa será definido mediante aplicação, pela ordem, dos seguintes critérios:

1. menor renda familiar “per capita”;
2. maior número de filhos/dependentes de zero a 14 (quatorze) anos;
3. maior tempo de desemprego;
4. maior idade.

**§ 2º** - Se após a aplicação dos critérios referidos neste artigo, persistir o empate, caberá ao Coordenador do Programa deliberar sobre o desempate.

**Artigo 5º** - A participação no programa implica a colaboração, com a prestação de serviços gerais de interesse da comunidade local e do Município a ser definido pelo Coordenador do programa, sem vínculo empregatício.

**Parágrafo Único** – A jornada de atividade no programa será de 08 (oito) horas por dia, 05 (cinco) dias por semana, sendo um período de 04 (quatro) horas destinado para palestras e treinamentos, direcionados aos participantes do programa.

**Artigo 6º** - Os órgãos públicos somente poderão utilizar o “Programa Emergencial de Auxílio Desemprego” se não promoverem a substituição de seus servidores ou empregados, nem rotatividade de mão-de-obra, em decorrência dos serviços prestados pelos bolsistas participantes do referido programa.

**Artigo 7º** - Deverá ser contratado seguro de acidentes pessoais para todos os participantes do programa.

**Artigo 8º** - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, onerarão as verbas consignadas no orçamento vigente e suplementadas se necessário.

**Artigo 9º** - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação.

**Artigo 10** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**, 15 de setembro de 1999.

  
**SAMUEL MOREIRA DA SILVA JÚNIOR**  
Prefeito Municipal

Reg. e Pub. na data supra

  
**AMAURI JORGE GRANER**  
Dir. do Deptº Municipal de Administração

✓